

## Degração Audiência Pública Empreendimento Reserva Jacarandá M. Residence

Legenda:

(mm:ss): tempo da fala.

(...): trechos ou palavras inaudíveis.

...: pausa.

(?): palavra ou trecho sem compreensão.

Observações:

MY RECORDING – P1

Voz de Mulher (00:00)

Boa noite. Vamos dar início hoje da nossa audiência pública para apresentação do relatório de impacto de vizinhança, RIVI, do parcelamento de solo urbano do empreendimento denominado RESERVA JACARANDÁ M RESIDENCE, localizado na região do Jardim Botânico no quilômetro quatro cinco, da rodovia DF 140. Interessado o senhor Durval Ferreira Freitas Filho. Bom, em virtude da pandemia e das medidas de proteção contra a disseminação do corona vírus essa audiência pública ela está de forma online com transmissão ao vivo pelo nosso canal do YouTube. Inicia-se agora as 19h00 com previsão de encerramento às 21h45 já incluídos o tempo para intervalos exposição técnica e também perguntas e etcetera. O nosso embasamento para transmitir essa audiência nesse formato vem através da instrução normativa 27 de 2020, foi quando o Brasília Ambiental instituiu esse modelo de audiência pública e também pela resolução CONAMA 494 que estabelece em caráter excepcional e temporário a possibilidade de realização também de audiência pública remota. Então, eu vou dizer algumas informações gerais para contextualização e identificação. O empreendimento é o RESERVA JACARANDÁ M RESIDENCE o processo de licenciamento ambiental em curso aqui no Brasília Ambiental é o processo de licença prévia 39100009740/2019-37. A localização é na gleba desmembrada da fazenda Santa Bárbara, na Região Administrativa do Jardim Botânico. O requerimento do tipo licença prévia para parcelamento do solo urbano. O interessado Durval Ferreira Freitas Filho. A empresa responsável pela elaboração é ECOTECH AMBIENTAL consultoria. E a responsável pela apresentação na data de hoje é a senhora Isabele Machado. O aviso de publicação da audiência pública foi devidamente realizado do Diário Oficial do Distrito Federal. O objetivo dessa audiência é apresentar e discutir o relatório de impacto de vizinhança desse empreendimento que a gente já identificou e colher sugestões e contribuições para o aprimoramento para esse processo licenciamento nos termos da legislação vigente. Vamos lembrar aqui então, que esse procedimento ele é trifásico licenciamento ambiental de parcelamento de solo e nós estamos nesse momento na fase prévia a primeira etapa. Temos a seguir a licença de instalação e de operação. Essa audiência como já mencionei ela está sendo ela está sendo transmitida ao vivo pelo canal do Brasília Ambiental no YouTube e vai ficar registrada também para aqueles assistir posteriormente. Além disso, ela está sendo transmitida em um ponto remotamente para as pessoas que têm acesso a internet o endereço é no Centro de Ensino Fundamental CEF Jataí, situado na Fazenda Barreiros, quilômetro 11 na rodovia DF140 próximo ao empreendimento. Em termos de contribuições e aqueles que quiserem participar da audiência pública assim como fazer perguntas nós temos o WhatsApp para isso é o DDD (61) 99248 9698. Essas contribuições, por favor, no formato de texto. E temos o e-mail também [licenciamento.ibram@gmail.com](mailto:licenciamento.ibram@gmail.com) e através desses dois canais receberemos ao longo dessa audiência perguntas e contribuições. Qualquer pessoa pode se manifestar inclusive, online através do chat na página do próprio YouTube, mas essas contribuições não vão ser recebidas nem lidas para esclarecimentos aqui ao vivo, portanto, aqueles que quiserem participar de forma ativa utilizem esses dois canais que eu falei anteriormente. Essas manifestações vão ser lidas aqui pela nossa equipe, vão ser triadas por assuntos e nossa intenção é responder todos aqueles que forem realizados durante o tempo da vigência da audiência. A duração prevista, como eu já disse, é até às 21h45. Aproximadamente duas horas de audiência. Caso seja necessário a gente prorroga por mais trinta minutos a duração da audiência. Ela é dividida em quatro blocos. Essa abertura que estamos fazendo agora, a

exposição técnica que a Isabele vai fazer sobre o empreendimento, damos um intervalo aí de quinze minutos após a explanação da Isabele e retornamos com as contribuições e perguntas realizadas pelo público. Ressalto aqui que a exposição técnica da ECOTECH é de trinta minutos. Acredito que feito essa abertura e essas considerações iniciais a gente pode dar início do conteúdo através da ECOTECH e de sua representante Isabele. Muito Obrigado.

Senhora Isabele Machado (06:01)

Boa noite a todos. Eu sou Isabele Cristina, engenheira ambiental sanitarista da ECOTECH Ambiental, venho apresentar a audiência pública virtual da RESERVA JACARANDÁ M RESIDENCE. Inicialmente como foi dito aqui a RESERVA JACARANDÁ M RESIDENCE trata-se de um parcelamento de solo urbano localizado na Região Administrativa do Jardim Botânico. É uma gleba particular pertencente a Durval Ferreira Freitas Filho segundo a escritura lavrada em cartório. A área topográfica corresponde a 2,03 hectares. O acesso ele é feito pela intercessão da rodovia DF 140 com a via de circulação que passa logo a frete da gleba. Mais a frete nós vamos mostrar isso. E percorre cerca de 700 metros até a entrada da gleba. O processo de licenciamento ambiental como dito antes é 0039100009740/2019-37. Como mostra aqui no mapa de localização do DF o empreendimento o empreendimento está no Jardim Botânico. Aqui também, Jardim Botânico na região leste da DF 140. Aqui no mapa de localização e acesso dá para perceber que percorre 700 da intercessão da rodovia DF140 com a via de circulação situada à frente da gleba para acessar a entrada da gleba. Agora nós vamos falar do histórico e uso da gleba conforme a análise multitemporais disponibilizadas pelo portal (?) e Google Earth é possível identificar que a cobertura vegetal original da gleba era de formação savânica, especificamente fitofisionomia cerrado sentido restrito. Entre meados da década de 1970 a vegetação nativa ela foi substituída por pastagem. Nesse período também ocorreu às demarcações e ocupações do uso rural próximas ali ao empreendimento imobiliário. Para uso de produção e lazer. Entre 1980 e 1990 as chácaras circunvizinhas elas foram ocupadas por condomínios residenciais mais a frente nós vamos ver pelas imagens de satélite. A partir de 2016 ocorreu desuso gradativo da pecuária extensiva e isso promoveu a regeneração natural de árvores isoladas do cerrado típico entremeadas à vegetação herbácea exótica ao cerrado, especificamente a baquearia. Aqui como a gente pode observar entre a década de 80 e 90 estava sendo substituída ao uso rural pelas ocupações de condomínios residenciais tanto quanto a região leste e oeste da DF 140. Ainda assim, o predomínio próximo ao empreendimento o uso rural. Como pode observar aqui até 2016, a partir de 2016 e 2017 aconteceu o desuso gradativo da pecuária extensiva isso promoveu a regeneração natural dos indivíduos arbóreos. Atualmente a gleba ela se encontra com solo exposto como demarcado aqui em vermelho no mapa. E aqui em verde conforme pode observar apresenta árvores isoladas do cerrado sobre camada de herbácea exótica. E ela é caracterizada como área abandonada, por que não existe exploração produtiva pelo menos 36 meses e não é caracterizada como área de pousio. Não tendo pretensão de descanso da área para novos cultivos. Conforme estudo de urbanismo propõe-se a criação de um lote residencial com 25 unidades autônomas em formato de condomínio urbanístico com cerca de 1,49 hectares da gleba para atender uma população fixa de 83 habitantes. Além da criação do espaço livre de uso público 0,192 hectares. Equipamento público urbano para atender uma trincheira de infiltração que falaremos logo mais a frente no tópico de infraestrutura urbana. Propõe-se também a criação de equipamento público urbano, especificamente para o uso do serviço de limpeza urbana, do SLU DF, porém pretende-se alterar essa área para a implantação de equipamento público comunitário e atender a população flutuante 64 usuários por dia. Além de estudo de urbanismo prevê um sistema de circulação que ocupa uma área de 0,230 hectares que pode observar aqui no mapa. Tratando-se das condições que motiva o uso proposto o empreendimento imobiliário ele se localiza na zona urbana de expansão e qualificação como a gente e pode observar na figura aqui logo a diante. O objetivo dessa zona composta por áreas propensas a ocupação urbana. Ela é predominantemente habitacional e possui relação direta com áreas já implantadas. Ela é integrada por área situada a leste rodovia 140 onde está localizado o parcelamento de solo. Outras condições que motivam o uso proposto é o atendimento do estudo de urbanismo às outras normativas urbanísticas. Que são diretrizes urbanísticas da região sul/sudeste especificamente DF 140 a de 107 de 2018 e atendimento a DIUP 102/2019. O empreendimento ele se localiza na zona B definido pela DIUP onde é admitido o uso habitacional uni familiar e parcelamento de forma de condomínio urbanístico. Como pode ser observado na figura ao lado logo a frete se localiza uma via de circulação de nível dois capaz de proporcionar uma diversificação de trajetos para o acesso ao empreendimento. Outras condições que motivam o uso proposto é a oferta de lotes habitacionais e de equipamentos públicos além de suprir parte da demanda imobiliária no DF e contribuir para diminuir a ocupação desordenada no território. Agora voltando para as características ambientais da gleba ela está inserida na APA do Planalto Central, unidade de conservação de uso sustentável cujo objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Essa unidade de conservação ela foi criada em 2002 para regular o parcelamento de solo entre outros objetivos. De acordo com seu plano de manejo ela está localizada na zona de uso sustentável como a gente pode ver aqui nessa figura. De acordo com o plano de manejo não existe restrições para o uso do solo nem para o uso habitacional nem

para o comercial e adota-se como uma restrição para impermeabilização a taxa de impermeabilização máxima do solo que é de 50 por cento. Além deve se adotar as medidas de conservação solo e da água. Lembrando que o estudo de urbanismo ele atendeu essa premissa aqui do plano de manejo. Foram adotadas essa taxa de impermeabilização máxima do solo de 50 por cento. Outras características ambientais é que a área não possui área de preservação permanente e não existem áreas sensíveis consideradas áreas não edificantes por restrições ambientais. Indo direto aqui para os mapas. Quanto à hidrografia o empreendimento está localizado no divisor das unidades hidrográficas Cachoeirinha e Ribeirão Santana ambos localizados na Bacia Hidrográfica de São Bartolomeu que está inserido na Região Hidrográfica Rio Paraná. A respeito da geologia o empreendimento ele apresenta a MNPr4, metarritmito argiloso do grupo Paranoá. Quanto a questão da pedologia a nível regional, lembrando que esse dado aqui geoportal ele é utilizado aqui em uma escala maior. Então, aqui de acordo com essa informação o empreendimento ele está localizado em uma área de latossolo vermelho, porém após visita em campo a equipe técnica identificou dois tipos de quartzo de solo o cambissolo e o latossolo vermelho/amarelo. Segunda a morfologia o empreendimento ele possui a classe de pediplano de Brasília 950 a 1200 metros de cota altimétrica. Especificamente falando da ADA, área diretamente afetada, a declividade ela corresponde de 0 a 8 por cento. Então, predominando ali nessa área a classe suave a ondulado de acordo com (?) definida pela EMBRAPA. Tratando-se agora da classificação geotécnica do solo foram realizados dois estudos de sondagem uma no cambissolo e outra no latossolo vermelho/amarelo e obteve-se como resultado que na camada superficial os solos foram considerados arenosos a pouco compactos. Enquanto nas profundidades maiores que dois metros foram observados siltes arenosos e areia silteosas médio e muito compactas. Vale lembrar que as camadas superficiais elas são sujeitas a recalques enquanto nas camadas de 2 a 4 metros de profundidade em relação à superfície é pouco ou incomum a ocorrência de recalques. Então, as fundações e edificações devem ser profundas é o que recomenda a equipe de geologia. A ADA ela não possui o risco de escorregamento. Tratando-se da suscetibilidade à erosão o solo que possui cobertura vegetal ele tende de muito baixa a baixa suscetibilidade à erosão, enquanto as áreas sem cobertura vegetal apresentam de média a muito alta mais a frente nós vamos ver aqui a imagem. Aqui como a gente pode observar o solo exposto (?) então, aqui é mais suscetível à erosão onde não tem cobertura vegetal. Tratando-se da hidrogeologia o empreendimento apresenta o sistema P1 e P4 poroso e o sistema R4 do domínio fraturado. Isso significa que é (?) favorável à infiltração local e abaixo capacidade recarga de aquífero regional. A equipe realizou ensaio de infiltração e foi obtido que a condutividade hidráulica superficial ela é alta tanto no latossolo vermelho/amarelo quanto no cambissolo e a condutividade ela é alta a moderada nas camadas de 100 a 150 centímetros com relação à superfície no latossolo vermelho/amarelo. Pode-se observar através de estudos de sondagem que não foram observadas áreas úmidas e grotas secas devido a profundidade do lençol freático que é em torno de 6 a 8 metros de profundidade da superfície. Aqui são os mapas. Tratando-se da flora foi observado então, que foi caracterizada como perturbada devido a remoção da vegetação, da cobertura vegetal original. Existe o solo exposto intempérie e toda essa área recuperada com a implantação da infraestrutura. Como foi falado anteriormente a cobertura original foi substituída por pastagem na década de setenta e a partir de 2016 ocorreu o desuso gradativo da pecuária extensiva o que propiciou o desenvolvimento árvores típicas do cerrado desenvolvida sob estrato arbóreo, herbáceo exótico predominantemente formado por braquiaria. A área de supressão vegetal é 1,83 hectares menor que a área total do terreno que é 2,03 hectares e toda supressão vegetal ela vai ser realizada após a emissão da autorização da supressão vegetal que é justamente na fase de licença de instalação. A partir do protocolo de inventário florestal. Aqui nós podemos ver a imagem da gleba como ela se encontra em solo exposto, a vegetação em fase de regeneração em parte da estrada. Veremos fotos logo à frente. Aqui como a gente pode observar a estrada e onde está acontecendo à regeneração de espécies exóticas ao cerrado. E aqui em cima a gente pode observar os indivíduos arbóreos do cerrado sentido restrito. Outra questão das características ambientais é a respeito da fauna. Segundo o relatório de fauna o empreendimento não interferirá muito e não passará os riscos significativos para a fauna silvestre. Por que a cobertura vegetal original foi substituída, como foi falado anteriormente, na década de setenta e contribuiu para baixa riqueza, baixa diversidade e presença de espécies comuns na área, além de serem encontradas espécies resistentes a alterações ambientais. Como todos esses fatores é possível concluir que existe um péssimo estado de conservação dos ambientes naturais na ADA. O empreendimento ele está localizado de acordo com zoneamento ecológico econômico do Distrito Federal na subzona de diversificação produtiva e serviços ecossistemas seis. De acordo com as funções definidas pelo ZEE o empreendimento ele deve compatibilizar com os atos e riscos ecológicos. Como risco de perda de área de recarga de aquífero, de contaminação de subsolo e perda de áreas remanescentes do cerrado nativo, além de garantir níveis de permeabilidade do solo compatíveis com a prestação de serviços ecossistêmicos. Lembrando que a taxa de impermeabilização máxima definida pelo plano de manejo do APA do Planalto Central foi seguido pelo estudo de urbanismo. Então, atende essa premissa do ZEE DF, além de reforçar o monitoramento, controle e fiscalização com vistas ao combate ao parcelamento irregular do solo. Aqui a gente pode ver então, onde o empreendimento se localiza na zona ecológica econômica de diversificação produtiva e serviços ecossistêmicos e na subzona 6 da zona

anteriormente falada. De acordo com os mapas de riscos do zoneamento ecológico do DF a área encontra-se com alto risco de perda de recarga de aquífero, porém como foi falado anteriormente devido ao domínio fraturado ao sistema R4 domínio fraturado possui baixa condutividade hidráulica é possível verificar que existe uma baixa recarga de aquífero regional. Tratando-se do risco de contaminação do solo ele é alto e a gente pode comprovar isso pela alta condutividade hidráulica do solo através dos ensaios de infiltração realizados e mencionado anteriormente. O risco de perda de solo por erosão é baixo e o que pode comprovar isso é a questão da declividade a classe do relevo é suave ondulado apresentando uma declividade de 0 a 8 por cento. Não existe o risco de perda de área remanescente de vegetação nativa de acordo com ZEE. Está certo, mas se considera que existem indivíduos arbóreos nativos ali na área. Tratando das características socioeconômicas do Jardim Botânico as informações obtidas pelo PDAD foi possível determinar que a população cerca de 76,2 por cento da população mora em casa própria, quitada; 17,6 por cento mora de aluguel; 3,2 por cento tem a casa própria paga a prestação. Considerando que o empreendimento ele é favorável a essa população do Jardim Botânico que mora de aluguel vai ser beneficiada com a implantação do empreendimento. A ocupação da população economicamente ativa por atividade é cerca de 86,1 por cento trabalha com serviços; 9,6 com comércio e o local de trabalho, do exercício do trabalho predomina é o Plano Piloto; 65,9 por cento trabalha nessa região administrativa. Tratando-se da infraestrutura sanitária foi possível obter os dados de vazão de produção per capita a partir da demanda residencial per capita, demanda comercial per capita e o índice de perda total definidos aqui no slide. A partir de então, calculou-se junto aos dados do estudo de urbanismo que a população cerca de 83 e 64 usuários por dia população fixa e 64 usuários para população fixa e 64 usuários para população flutuante foi possível juntos calcular a vazão de produção total cerca 26.560 litros por dia e 4.988,88 litros por dia para a população flutuante. Fazendo somatório foi possível definir que 31.482,88 litros por dia é a vazão total tanto para a população fixa quanto para a população flutuante. Cerca de 0,33 litros por segundo. De acordo com o termo de viabilidade do atendimento da CAESB foi proposto duas alternativas. A primeira alternativa ela define que será ligado ao sistema da CAESB com abastecimento direto. Então, rede de distribuição implantada pelo empreendedor seria ligada com o sistema da CAESB que seria especificamente o sistema produtor do Paranoá Sul, porém a CAESB não atende a região e não existe operar antes da RESERVA JACARANDÁ (?). Então, opta-se como viável a alternativa dois que é o atendimento da população por manancial subterrâneo com a substituição futura pelo sistema da CAESB. Então, acontecerá a exploração da água subterrânea pelo poço tubular profundo outorgado pela ADASA. Logo após isso, será tratada a água pela unidade de tratamento simplificado, a UTS, e isso até está a CAESB atendendo a região pelo sistema produtor Paranoá Sul. Aqui a gente consegue ver a imagem do futuro ponto de interligação com sistema público da redistribuição aqui no local com o sistema público da região. E aqui a segunda alternativa que é a redistribuição junto ao reservatório, ao poço tubular profundo e a UTS. Tratando-se da rede de esgotamento sanitário é possível que a geração de efluente sanitário seja de 0,23 litros por segundo para vazão máxima diária 0,23 litros por segundo total da área e a vazão máxima horária de 0,85 litros por segundo tanto para a população fixa quanto para a população flutuante. Segundo o termo de viabilidade anteriormente mencionado foi proposto duas alternativas pela CAESB. A alternativa um é o lançamento no sistema existente no sistema público de tratamento de esgoto de São Sebastião, porém a CAESB não atende a região. Então, a alternativa mais viável é a segunda pelo sistema individual de tratamento e disposição final de efluentes através de fossas sépticas e sumidouro, (?) infiltração, que será construída e haverá manutenção desses equipamentos pelos proprietários de cada unidade autônoma. Lembrando que foram feitos ensaios de infiltração e foi possível determinar que existe uma boa capacidade de infiltração do solo desse efluente com tratamento preliminar. Aqui logo mais a frente a gente observa aqui no caso a CAESB opere nessa região, mas sabendo que haverá a interligação futura com a rede de coleta da estação de tratamento de esgotamento sanitário de São Sebastião. Então, será construída pelo empreendedor essa rede, mas os proprietários de unidade autônoma iriam instalar as fossas sépticas para atender cada propriedade. Tratando-se do sistema de drenagem pluvial a área ela possui ... ela não terá lançamento pluvial direto no Córrego Copa que é o mais próximo da ADA primeiro pela baixa proximidade quanto também pela dimensão da ADA 2,03 hectares. Então, como foram feitos estudos de ensaio de infiltração e ensaio geotécnico foi definido que existem altas taxas de infiltração tanto no latossolo vermelho/amarelo quanto do cambissolo. Então, a medida de controle utilizada é a trincheira de infiltração que ela é capaz de abater vazões e volumes com escoamento superficial com infiltração, além de armazenar temporariamente o efluente pluvial como pode ser observado aqui. A trincheira de infiltração ela fica localizada aqui no *ELUP*(?). Tratando-se dos impactos positivos o empreendimento ele gerará a valorização das terras. Então, promoverá a conversão da gleba para uso urbano além de estimular a valorização de terras próximas ali localizadas na região leste da DF 140. Promoverá ocupação ordenada do solo. Então, evitará a ocupação de novas áreas que vão ser licenciadas e melhorar o aproveitamento de espaço em termos políticos e de infraestrutura. Outro impacto positivo é a recomposição da cobertura vegetal através da execução do projeto paisagístico tanto no interior de cada propriedade, unidade autônoma, quanto também às áreas públicas, por exemplo. Alteração da função social da terra. Ampliação de acomodação de áreas habitacionais capaz de suprir a demanda imobiliária no DF. Como falado

anteriormente, outro impacto positivo é que a população que mora de aluguel 17,6 por cento deve ser beneficiada com a instalação do empreendimento imobiliário adquirindo a casa própria além de atender outras pessoas de outras localidades do DF. E gerará emprego, ocupação, renda e tributos nas etapas de construção e ocupação da RESERVA JACARANDÁ M RESIDENCE. Tratando-se dos impactos negativos efetivos e potenciais ocorrerá a supressão da vegetação para instalação do empreendimento e da infraestrutura. Promoverá alteração de habites terrestre e o afugentamento da fauna. Lembrando que a cobertura original da gleba já foi substituída por pastagem na década de setenta então, esse impacto não vai ser tão significativo. Lembrando até que pelo relatório de fauna foi visto que existem espécies acostumadas com alterações entrópicas da área, porém possível identificar espécie de avifauna. Então, pode acontecer sim o afugentamento da avifauna durante a supressão da vegetação, por exemplo. A compactação do solo, outro impacto negativo, através da movimentação do maquinário e ocorrências de erosões através do aumento do escoamento superficial da água e o solo exposto durante o período chuvoso que acontecerá processos erosivos. Alteração da estrutura urbana no entorno então, vai favorecer o aumento da demanda por equipamentos públicos e urbanos e comunitários. Alteração do microclima e formação de ilha de calor. Lembrando que esse impacto negativo ele não é tão significativa a ADA possui uma dimensão de 2,03 hectares e a taxa de impermeabilização máxima é seguida que é de 50 por cento, além da tipologia de edificações que são casas. Então, tudo isso, além da circunvizinhança do empreendimento apresentar cobertura vegetal então, esse impacto negativo como insignificante. A poluição sonora através de emissão ruídos pela movimentação do maquinário. Poluição atmosférica pela emissão de gases do efeito estufa, monóxido de carbono, dióxido de carbono também, especialmente pelo maquinário que não apresentar manutenção preventiva. A poluição atmosférica pela suspensão de particulados especialmente pela passagem do maquinário nas áreas de solo exposto principalmente durante a estação seca. A ocorrência de maus odores caso haja mal gerenciamento de resíduos orgânicos. A poluição do Córrego Copa e seus afluentes com o vazamento de efluentes sanitário da fossa séptica ou com as substâncias poluentes como combustíveis durante a manutenção do maquinário pode ocorrer durante o período chuvoso ali essa poluição do Córrego Copa e seus afluentes. O assoreamento dos afluentes do Córrego Copa lembrando que a atividade ela propicia carreamento dos sedimentos para os afluentes do Córrego Copa durante chuvoso e solo exposto então, pode sim ocorrer o assoreamento. A redução de recarga de aquífero, lembrando que é mínima. Pode acontecer pela impermeabilização do solo. O rebaixamento do nível dos aquíferos considerando que é insignificante a exploração da água subterrânea ela corresponde à reserva renovável do aquífero do domínio fraturado então, de acordo com a autorização da ADASA. Então, também é insignificante esse impacto negativo. Contaminação da água subterrânea caso haja o derramamento de poluentes e extravasamento de efluentes domésticos, da fossa séptica, do esgoto bruto. Consumo de água subterrânea vai gerar um aumento do consumo da água subterrânea. A ocorrência de recalçamento e solapamentos principalmente durante a movimentação de solo. A ocorrência durante as escavações também. E lembrando que a ocorrência de recalques ela está sujeitas as camadas mais superficiais do solo. Consumo de recursos minerais. Geração de resíduos sólidos da construção civil. Aumento da ocorrência de animais cosmopolitas como baratas, moscas, ratos. Aumento da demanda por transporte público. Incômodos a população vizinha com emissão de ruídos e pela emissão particulados durante a movimentação do maquinário. Contaminação do solo/subsolo pelo vazamento de efluente sanitário das fossas sépticas caso haja mal dimensionamento das fossas sépticas e não haja manutenção correta pode haver extravasamento do efluente e então, contaminação do solo/subsolo. Lembrando que a condutividade hidráulica do solo ela é alta. Contaminação do solo/subsolo pela deposição de resíduos sólidos então, pelo mal gerenciamento desses resíduos. Consumo de energia elétrica pode interferir em outros recursos naturais onde estão instaladas hidroelétricas e gera eletricidade para atender aqui na gleba, no empreendimento. Proliferação de zoonoses. Circulação de veículos. Aumento de circulação de veículos. Acidentes em decorrência da circulação de veículos também, principalmente na DF 140 e também o aumento da demanda por serviços públicos. Tratando-se agora, vou tentar resumir as medidas de controle ambiental especificamente as medidas de preventivas. Recomenda-se evitar o acesso de pessoas não através do serviço de tapumes entorno do canteiro de obras para evitar acidentes de trabalho e acidentes ambientais. As fossas sépticas do canteiro de obras elas devem atender as normas da ABNT mencionadas aqui. Recomenda-se também inspeciona quinzenalmente essas fossas sépticas e efetuar sua manutenção para evitar o vazamento. Deve-se perfurar o poço tubular com consonância pela outorga prévia instituída pela ADASA. Dotar os poços tubulares de proteção sanitária, cercada e sinalizada. Fornecer equipamento de proteção individual aos funcionários e visitantes tanto no canteiro de obras quanto da frente obras. Instalar hidrômetro no cavalete do poço tubular profundo. Efetuar o abastecimento de combustíveis e de lubrificação em áreas de piso impermeável para evitar contaminação do solo/subsolo. Utilizar máquinas e caminhões regularmente revisados. Então, realizar manutenções preventivas para evitar também a contaminação do solo/subsolo. Proibir a instalação de oficina mecânica no canteiro de obras. Executar a pavimentação asfáltica durante a estação seca para também evitar a contaminação do solo/subsolo, do Córrego Copa e seus afluentes. Usar barreira de material betuminoso caso seja feita a estação chuvosa. Manejar os líquidos poluentes sobre piso impermeabilizado também para evitar a contaminação dos recursos naturais. Orientar

os motoristas de caminhões e operadores de máquinas utilizadas na obra para evitar a suspensão de poeira. Proibir a queima de qualquer resíduo sólido. Executar e atender o plano de gerenciamento de resíduos da construção civil durante a instalação do empreendimento. Manter o subsolo exposto pelo menor tempo possível durante as escavações. Condição os resíduos orgânicos em lixeiras com tampa. Então, devem atender toda gestão de resíduo sólido. Instalar baia coberta com piso impermeabilizado. Abrigar os contêineres para destinar os resíduos sólidos orgânicos e perigosos. Estocar o top soil para uso futuro, principalmente na (?) paisagística. Sinalizar o canteiro de obras com placas de advertência para evitar acidente de trabalho. Realizar manutenções preventivas de abastecimento de água. Dimensionar as fossas sépticas de acordo com as normas da ABNT como mencionado anteriormente. Realizar manutenções preventivas na rede de esgoto sanitário. Promover limpeza dos equipamentos de drenagem pluvial que é o caso da trincheira de infiltração, principalmente durante a ocupação do empreendimento. Coletar diariamente os resíduos orgânicos na RESERVA JACARANDÁ M RESIDENCE. Implantar o projeto paisagístico para proteger o solo. Executar manutenções corretivas para todas as máquinas, caminhões e equipamentos utilizados na obra para evitar geração de ruído excessivo e vazamento de fluidos. Aspergir água nos locais onde houver suspensão de poeira no ar. Então, em áreas de solo exposto, principalmente na estação de seca. Promover imediato descarte de resíduos orgânicos. Então, para evitar maus odores. Esgotar imediatamente fossas sépticas para evitar extravasamento de efluentes sanitários ou apresentar qualquer defeito de funcionamento. Assim como conteúdo extravasado. Outras medidas corretivas é evitar o derramamento de combustíveis e lubrificantes no solo cobrindo o poluente solo estéril, terra ou serragem e destinar essa material para empresas cadastradas e credenciadas junto ao SLU e IBRAM para dar destinação e tratamento correto desse resíduo perigoso. Promover a recuperação de processos erosivos incipientes, caso ocorra durante a instalação do empreendimento. Reparar imediatamente o sistema de abastecimento de água e esgoto sanitário. Repor a vegetação nos trechos de áreas verdes com solo exposto a intempéries. Tratando-se das medidas mitigadoras. Deve-se racionalizar o uso da água para evitar desperdícios. Retirar abrigo de fauna na gleba removendo-se ninhos e tocas antes de suprimir as árvores. Limitar a retirada da cobertura vegetal somente nos trechos previstos para urbanização com as áreas diretamente afetada. Onde não houver o processo de urbanização deve-se evitar a remoção da cobertura vegetal para evitar também processos erosivos. Considerar no processo paisagístico da ELUP a obrigação de manter árvores nativas do cerrado. Utilizar o top soil na reposição vegetal. Utilizar protetor auricular e abafador para reduzir os ruídos emitidos acima dos limites permitidos e isso especialmente para os trabalhadores que mexem muito com maquinário. Asperjar água durante a obra conforme falado anteriormente. Usar máscara semifacial PFF-2 e óculos para conter as partículas suspensas no ar. Requerer da ADASA outorga do direito de uso para exploração da água subterrânea. Utilizar a vazão da água subterrânea outorgada pela ADASA durante a obra. Implantar as bocas de lobo dispositivos retentores de resíduos sólidos para evitar que resíduos cheguem às trincheiras de infiltração. Utilizar caminhões pipas outorgados pela ADASA. Executar as correções topográficas para anular ou mitigar as adversidades do escoamento superficial das águas pluviais. Manejar os resíduos sólidos de acordo com as diretrizes indicadas no PGRCC, plano de gerenciamento de resíduos da construção civil. Utilizar materiais de origem mineral apenas de areias licenciadas pelo IBRAM ou outro órgão ambiental. Utilizar madeira de fornecedores licenciados. Efetuar o acompanhamento periódico da obra acompanhando todo atendimento das consonantes da licença de instalação. Sensibilizar os adquirentes autônomos para o uso racional da água, o gerenciamento de resíduos sólidos e implantação de fossas sépticas ecológicas para o esgotamento sanitário. Orientar os adquirentes das unidades autônomas para preferencialmente projetar sistema de reuso da água visando reduzir o consumo de água tratada para finalidades que não exigem esse padrão de qualidade da água. Orientar os adquirentes também a seguir a taxa de área permeável de acordo com o projeto urbanístico durante a ocupação de cada unidade autônoma. Efetuar o correto condicionamento, armazenamento e coleta de novos resíduos sólidos segregando tanto resíduos orgânicos e quanto reciclável. E tratando-se das medidas compensatórias deve-se realizar a compensação florestal nos termos do decreto Distrital 39.469 de 2018 e realizar a compensação ambiental nos termos das Instruções Normativas número 76 de 2010 e número 001 de 2013 do IBRAM. Aqui nos propomos a realização, execução de planos de acompanhamento e de monitoramento ambiental que além das medidas ambientais adotadas deve-se adotar esses programas ambientais durante a instalação do empreendimento para que evite ocorrer danos ambientais ali presentes próximos a gleba. Além de evitar também incômodos a população circunvizinha. Aqui nós temos um pouco da imagem aérea do (?) especificamente da gleba da RESERVA JACARANDÁ M RESIDENCE. Um pouco da circunvizinhança que ainda predomina o uso rural. Tratando-se das considerações e conclusão é possível concluir que a RESERVA JACARANDÁ M RESIDENCE parcelamento do solo urbano onde se projetou o uso residencial para assentar cerca de 83 habitantes em 25 unidades autônomas em lotes sob a forma de condomínio urbanístico e espaço livre de uso público, localizado na Região Administrativa do Jardim Botânico. **O imóvel da RESERVA JACARANDÁ M RESIDENCE não possui qualquer óbice fundiário informação ratificada no Ofício número 733 de 2018 da TERRACAP. O estudo de urbanismo atende aos parâmetros do PDOT e a DIUR 06 de 2016 e DIUPE 02/2019. A gleba da RESERVA JACARANDÁ M RESIDENCE se encontra na zona urbana de expansão e qualificação que é**

composta por áreas propensas à ocupação urbana, predominantemente habitacional e possuem relação direta com as áreas já implantadas sendo integradas pela região situada a leste da rodovia DF140. A RESERVA JACARANDÁ pode suprir parte da demanda imobiliária nesta unidade federativa ao ofertar 25 unidades habitacionais autônomas e ofertar também o lote para equipamento público e espaço livre de uso público. O assentamento projetado de parte da população que demanda habitações próprias no Distrito Federal colabora com a prevenção e combate às ocupações desordenadas do solo de áreas preservadas e conservadas do cerrado para assentamento urbano ou humano. Por meio de análise de fotografias aéreas, imagens de satélite onde se projetou a implantação desse projeto imobiliário foram constatadas modificações da sua cobertura vegetal original na década de setenta, resultando em perturbação do ambiente natural na maior parte da gleba, inclusive com o afastamento da fauna silvestre, como falado anteriormente. O empreendimento imobiliário está projetado em terreno suave ondulado, onde a declividade do terreno encontra-se entre 0 a 8 por cento. É possível concluir também que o estudo preliminar de urbanismo atende a taxa de permeabilidade de 50 por cento estabelecido no plano de manejo da APA do Planalto Central por se situar na zona de uso sustentável dessa unidade de conservação. Não há restrições, impedimentos para ocupação do imóvel, não foram identificadas a existência de óbices no arcabouço legal ambiental para implantação da RESERVA JACARANDÁ M RESIDENCE, pois o estudo de urbanismo respeitou toda a legislação inerente as questões ambientais de uso do solo e urbanístico. Assim concluímos da audiência pública virtual da parte técnica da audiência pública da RESERVA JACARANDÁ M RESIDENCE.

Voz de Mulher (49:38)

Obrigada, Isabele. Encerramos então, a segunda etapa da nossa audiência pública através da explanação da Isabele e a partir desse momento então, vamos dar início ao nosso intervalo de 15 minutos através de uma tela ai que vocês vão ver que está pausada. A gente vai reunir todas as perguntas que foram feitas através do WhatsApp e nosso e-mail. A gente retorna daqui a pouquinho para fazermos acompanhamento e respostas a todos os questionamentos que foram enviados. Até logo.

My Recording P2

Voz de Mulher (00:00)

Pessoal, boa noite. Vamos retornando aqui do nosso intervalo. Durante esses quinze minutos nós não recebemos os questionamentos via WhatsApp ou pelo e-mail. E entanto para aqueles que ainda nos quiserem perguntar ou perguntar a ECOTECH sobre quaisquer procedimentos ou dúvidas em relação ao empreendimento, a sua implantação ou mesmo as fases do licenciamento quaisquer dúvidas eu vou pedir então, para que vocês enviem um e-mail [sulam@ibram.df.gov.br](mailto:sulam@ibram.df.gov.br) Esse é o e-mail da superintendência de licenciamento ambiental que está ai no próximo mês recebendo quaisquer dúvidas dos senhores com relação a esse empreendimento. E todas elas ao longo do tempo serão incorporadas ao processo de licenciamento e também fará parte do projeto caso seja necessário alguma modificação. Então, não havendo mais nenhum questionamento a gente gostaria de encerrar a nossa audiência pública. Agradecer a todos que participaram através do nosso canal do YouTube contribuíram para nossa audiência e a gente agradece e espera vocês em uma próxima. Obrigada. Tchau, tchau.